



Educação escolar indígena sob a perspectiva da translinguagem

Indigenous school education from the perspective of translanguage

Sabrina Mendes Moreira

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
Araguaína/TO-Brasil

Francisco Edviges Albuquerque

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
Araguaína/TO-Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a translinguagem como ferramenta potencial para o desenvolvimento da leitura e da escrita entre povos indígenas, considerando o bilinguismo e a interculturalidade presentes nesse contexto. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica de autores que discutem educação indígena, diversidade linguística e práticas translíngues. A análise evidencia que a translinguagem contribui para a valorização dos saberes indígenas, para a construção de identidades e para a preservação das línguas originárias no espaço escolar. Portanto, concluímos que essa prática fortalece uma educação mais inclusiva, intercultural e sensível à diversidade linguística e cultural.

Palavras-chave: Educação indígena; Translinguagem; Bilinguismo.

Abstract

This article aims to analyze translinguaging as a potential tool for the development of reading and writing among Indigenous peoples, considering the bilingualism and interculturality present in this context. The research adopts a qualitative approach based on a bibliographic review of authors who discuss Indigenous education, linguistic diversity, and translinguaging practices. The analysis shows that translinguaging contributes to the appreciation of Indigenous knowledge, the construction of identities, and the preservation of native languages within the school environment. Therefore, we conclude that this practice strengthens a more inclusive, intercultural, and linguistically and culturally sensitive education.

Keywords: Indigenous education, Translinguaging, Bilingualism.

Introdução

Este artigo resulta de um recorte da pesquisa em desenvolvimento na dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), e tem como objetivo contribuir para as discussões sobre práticas pedagógicas mais inclusivas e pluriépistêmicas no contexto da educação escolar indígena.

A translinguagem é definida como uma abordagem pedagógica que reconhece e valoriza o uso dinâmico de múltiplas línguas em contextos de aprendizagem, desafiando a concepção de que a comunicação deve se restringir a um único código linguístico. No contexto da educação escolar indígena, essa prática torna-se especialmente relevante, uma vez que os falantes bilíngues enfrentam o desafio de navegar entre essas duas realidades linguísticas: a materna e o português. A translinguagem se apresenta como ferramenta de coexistência, de forma a ao permitir que os alunos utilizem suas habilidades em ambas as línguas, além de propiciar um espaço onde suas identidades culturais possam ser expressas e valorizadas.

A educação escolar indígena se insere em um cenário bilíngue e intercultural, no qual a necessidade de interagir com a língua portuguesa se torna imprescindível. Contudo, essa interação não deve ocorrer à custa do apagamento da língua e dos saberes. Assim, a translinguagem busca oferecer uma oportunidade para que os estudantes integrem seus conhecimentos prévios e sua cultura ao processo educacional, promovendo uma construção mais ampla e contextualizada da educação.

Este artigo propõe uma reflexão sobre como a translinguagem pode ser uma poderosa aliada na educação escolar indígena ao favorecer a construção da identidade linguística e cultural dos estudantes. Por meio da valorização das línguas e das práticas culturais indígenas, essa abordagem pode fomentar um ambiente educativo que respeite e integre as práticas e saberes dos povos indígenas com os conteúdos curriculares ministrados em língua portuguesa. Contudo, é necessário também considerar os desafios que surgem com essa abordagem, como a formação de educadores capacitados, que compreendam e apliquem a translinguagem em suas práticas, além de um suporte institucional que reconheça a validade e o valor da língua e da cultura indígena em todos os níveis educacionais.

Desse modo, este artigo apresenta uma reflexão aprofundada sobre a importância da abordagem translinguística na educação escolar indígena, à luz das teorias de autores como Albuquerque (2010), Grupioni (2001), Abreu (2006) e Rodrigues (1988), García e Wei (2014), Reis e Grande (2017), entre outros, que discutem a educação bilíngue e a valorização das culturas indígenas. Assim, buscamos contribuir para um entendimento mais amplo sobre as potencialidades e os desafios que a translinguagem pode trazer para a promoção de uma educação que celebre a diversidade linguística e cultural.

Educação Escolar Indígena e Abordagem Translinguística

A educação escolar indígena surgiu inicialmente como educação “catequizadora” em 1549, com a chegada dos Jesuítas ao Brasil. Segundo Nunes (2006), após anos como pioneiros na educação escolar indígena “catequizadora”, os missionários foram expulsos e essa formação passou a ser chamada de ‘civilizadora’, marcando o início do modelo que conhecemos atualmente. A última década do século XX trouxe a incorporação da obrigatoriedade da FUNAI em conjunto com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) em defesa de uma educação que considere as culturas, os saberes e as línguas específicas de cada povo. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394 prevê que o Sistema de Ensino Básico deve fundamentar-se na Educação Bilíngue e Intercultural, alicerçado nos seguintes objetivos:

- I) Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências;
- II) Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias (Brasil, 1996, p. 34).

Para entendermos a educação escolar indígena em suas múltiplas facetas, é imprescindível considerar a diversidade cultural dos vários povos existentes no território nacional, reconhecendo suas particularidades. Assim, Sousa (2013) afirma que a escola desempenha um papel fundamental na manutenção da língua e da cultura de um povo. Os indígenas têm mantido viva sua língua e cultura como forma de autoafirmação, lutando por uma educação que atenda à realidade de seu povo e à vida na aldeia. De acordo com Santos (2014), a Educação Escolar Indígena, atualmente, fundamenta-se nos alicerces da Pedagogia Indígena prevista no Referencial Curricular Nacional para a Educação Indígena, consagrando-

Educação escolar indígena sob a perspectiva da translinguagem

se diferenciada por meio de ações linguístico-educacionais que respeitam as concepções, dinâmicas e mecanismos próprios dos povos indígenas, sem renunciar ao direito de acesso ao conhecimento da língua oficial e aos meios e bens sociais e políticos da sociedade brasileira (RCNE/Indígena, 1998).

Diante do exposto, a translinguagem se revela como uma abordagem essencial no contexto da educação escolar indígena. Ela permite o uso flexível e integrado das línguas maternas e do português, destacando a importância de que os alunos façam uso pleno de seus repertórios linguísticos. Isso se alinha ao papel da escola como um espaço de reafirmação cultural, onde o léxico indígena é valorizado, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural e autoestima dos alunos.

Consoante García (2014), a translinguagem representa um desafio aos pressupostos monolíngues que caracterizam as políticas atuais de educação linguística. Essa abordagem vai além das concepções tradicionais de bilinguismo, reconhecendo o discurso bilíngue como uma norma. Assim, na perspectiva da translinguagem, os idiomas dos indivíduos bilíngues não são percebidos como sistemas linguísticos distintos e isolados. Em vez disso, o termo ressalta as ações flexíveis e significativas por meio das quais esses sujeitos selecionam elementos de seus repertórios linguísticos, visando uma comunicação eficaz e apropriada.

A prática da translinguagem em sala de aula pode incluir atividades como traduções e discussões de textos em língua indígena, conectando-os com experiências pessoais dos alunos e seu repertório cultural. Além disso, debates em grupo que incentivem o uso simultâneo das duas línguas possibilitam reflexões sobre a diversidade lexical e cultural presente, aumentando o repertório lexical dos estudantes e promovendo o diálogo intercultural.

Conforme afirmado por Grupioni (2003), no âmbito da educação indígena, prevalece o entendimento de que a escolha dos docentes da escola deve ocorrer no interior da própria comunidade, a partir de seus próprios integrantes. Desse modo, consideramos o que afirma Santos (2014), a prática da oralidade e da escrita se efetiva em língua materna nas escolas, mesmo com a forte tradição oral, o que enriquece o ambiente bilíngue. Os professores buscam uma interação significativa, alternando entre o português e a língua indígena nas aulas, o que reafirma o sentimento de preservação do grupo e alimenta a esperança de continuidade cultural.

No Tocantins, por exemplo, materiais didáticos que fortalecem a língua materna e visam à educação bilíngue e intercultural são desenvolvidos em colaboração com professores indígenas Krahô e Apinayé. Esses esforços visam a formar leitores e produtores de textos competentes, respeitando os saberes e conhecimentos indígenas. O corpo docente, formado predominantemente por professores indígenas e daqueles formados em Licenciatura Intercultural, procura construir práticas pedagógicas que valorizam e respeitam os modos de vida e a cultura de seus povos.

Nesse sentido, a translinguagem torna-se um recurso imprescindível no processo de construção de uma escola bilíngue e intercultural que valoriza a troca e a interação entre saberes. A Lei Estadual nº 2.139/09 (TOCANTINS, 2009), estabelece que o currículo das escolas indígenas considere métodos de aprendizagem próprios dos povos indígenas e que a avaliação leve em conta seus processos, garantindo um espaço educacional que esteja em harmonia com suas tradições.

Portanto, ao analisar o cotidiano das escolas indígenas, evidencia a presença dos costumes e das tradições comunitárias no interior da sala de aula, articuladas às atividades pedagógicas. Nessa perspectiva, a educação escolar indígena configura-se como bilíngue ou multilíngue, pois a reprodução sociocultural desses povos ocorre, recorrentemente, mediante o emprego de mais de uma língua (Brasil, 1998). Além disso, é específica e diferenciada, concebida como reflexo das aspirações particulares do povo indígena, com autonomia em relação a aspectos que regem o funcionamento das escolas não indígenas.

Nesse contexto, a translinguagem proporciona uma conexão vital entre a cultura, a identidade e a educação, promovendo um diálogo intercultural e o fortalecimento do conhecimento. Afinal, assim como a educação escolar indígena trilha os caminhos da interculturalidade e da transdisciplinaridade, a sala de aula bilíngue se transforma em um espaço de construção do conhecimento, favorecendo a pesquisa e a autonomia dos alunos.

A interculturalidade implica a aceitação positiva da diversidade, busca de consenso, reconhecimento e aceitação do dissenso, contribuindo para a construção de novas relações sociais e maior democracia (Candau; Ivenicki, 2024). A transdisciplinaridade, por sua vez, exige uma articulação coerente entre teorias e princípios que fortalecem o processo educativo. Portanto, é fundamental repensar a educação, incorporando a translinguagem

como um poderoso modelo para estabelecer um diálogo aberto e verdadeiro entre diferentes culturas, respeitando e valorizando a riqueza do saber indígena.

Escola Bilíngue: Translinguagem Como Ferramenta Educacional

Na concepção amplamente difundida, o bilinguismo é usualmente associado à ideia de um domínio impecável de duas línguas, concepção que remonta à definição de Bloomfield (1935), segundo a qual o bilinguismo consiste no “controle nativo de duas línguas”. Tal definição visa retratar o ideal de um falante que, além de possuir conhecimento das línguas, as utiliza com igual competência e naturalidade, evidenciando um alto nível de proficiência. No entanto, essa visão se revela excessivamente restritiva, uma vez que a realidade do bilinguismo é notavelmente mais complexa e multifacetada.

Por outro lado, a compreensão de bilinguismo vai além da simples fluência. Nesse sentido, Butler e Hakuta (2004, p. 114, *apud* Almeida, 2011, p. 95) propõem uma visão mais ampla, definindo bilinguismo como “um comportamento linguístico psicológico e sociocultural complexo com aspectos multidimensionais”. Essa definição destaca que o bilinguismo envolve uma interseção de fatores psicológicos, sociais e culturais, refletindo a complexidade de como as línguas são adquiridas e utilizadas em diferentes contextos. Aqui, a classificação dos tipos de bilinguismo pode variar de acordo com a perspectiva adotada e os critérios considerados, revelando que o bilinguismo é um fenômeno multifacetado.

Segundo Tasi (2024), para que um indivíduo seja considerado bilíngue, é necessário que ele tenha entendimento de ao menos uma das quatro habilidades reconhecidas socialmente.

O conceito de bilinguismo representa um termo difícil de conceituar e caracterizar, a partir do século XX, diante da percepção social de que ser bilíngue associa-se apenas a falar duas ou mais línguas de maneira fluente. As atuais pesquisas que tratam o bilinguismo, porém, classificam um ser bilíngue como sujeito capaz de compreender, no mínimo, uma das quatro habilidades linguísticas, determinadas pela fala, audição, leitura e escrita, considerando o conhecimento em uma língua diferente da nativa (Hamers; Blanc, 2010 *apud* Tasi, 2024, p. 70).

Essa definição implica que mesmo alguém com habilidades limitadas em uma das línguas ainda pode ser considerado bilíngue, desde que tenha algum nível de proficiência, o que desafia a concepção rígida de bilinguismo como sinônimo de perfeição nas duas línguas.

Nesse contexto, Flory e Souza (2009) argumentam que há inúmeros fatores para conceituar o que é o bilinguismo, assim,

[...] “Bilinguismo” representa uma infinidade de quadros diferentes, os quais remetem à esfera social, política, econômica, individual, à aceitação e valorização de cada uma das línguas faladas e das culturas com as quais se relacionam, à exposição e experiência com a língua, entre outros fatores. São inúmeras as configurações que levam ao “mesmo” ponto: “Bilinguismo” (Flory; Souza, 2009, p. 28).

Essa análise sugere que a verdadeira competência bilíngue envolve não apenas o conhecimento de uma segunda língua, mas o uso adequado de sua gramática e sintaxe, sublinhando a importância de respeitar as particularidades de cada língua. Essa visão complementa as definições anteriores, reforçando a ideia de que o bilinguismo é um fenômeno dinâmico que envolve a capacidade de navegar nas nuances de múltiplas línguas de maneira autêntica e competente. Sob essa perspectiva, Megale (2005) aponta que a definição mais comum de bilíngue é a do indivíduo que fala duas línguas

[...] A educação bilíngue pode ser classificada em três diferentes programas. O primeiro deles é o programa compensatório em que a criança é instruída primeiramente na L1, visando sua melhor integração no contexto escolar. O segundo programa é o programa de enriquecimento, nele, de acordo com Cox e Assis- Peterson (2001), ambas as línguas são desenvolvidas desde a classe de alfabetização e são utilizadas como meio de instrução de conteúdos. O terceiro programa é quando a língua e a cultura das crianças pertencentes ao grupo minoritário são preservadas e aprimoradas (Megale, 2005, p. 8).

O autor ainda afirma que, ao discutir a educação bilíngue para crianças de grupos minoritários, deve-se ressaltar que essas crianças frequentemente vêm de comunidades socialmente desprovidas, como é o caso dos grupos indígenas no Brasil.

Conceituar o bilinguismo é uma tarefa complexa e pode envolver várias dimensões ao defini-lo, no entanto, pode-se afirmar que este se constitui no processo de aquisição de uma segunda língua. Levando em conta o fato de que ao adquirir uma segunda língua o sujeito não está apenas adquirindo, mas também participando de processos que envolvem uma cultura.

“As línguas indígenas são geralmente consideradas como “gírias”, “dialetos ágrafos”, “sem gramática” e sem utilidade comunicativa fora das aldeias” (Rodrigues, 1988, p.106). Desse modo deve haver o uso de materiais em língua materna nas salas de aula dos povos indígenas visando o incentivo pelo gosto à língua materna para que ela não ceda espaço a um uso majoritário da segunda língua.

A educação bilíngue não é apenas um direito, mas uma obrigação que está além das necessidades, que atua como um reparo social mínimo, mas que precisa ser

Educação escolar indígena sob a perspectiva da translinguagem

efetivado. Se constitui em um movimento político. Não se pode dizer que educação bilíngue está somente ligada às condições sociais de preservação e manutenção cultural. Este confronto das línguas produz um ambiente de embate e domínio, a partir do qual, o sujeito falante da língua majoritária configura-se como “dominante”. Esse espaço, portanto, que não é definido pelo empirismo geográfico, mas sim por uma rede de conhecimento e domínio da própria língua opositora, constitui-se num movimento político, que demanda autonomia linguística (Locatelli, 2012, p. 84).

Segundo Sousa (2013), o cenário linguístico brasileiro é marcado por ampla diversidade, uma vez que no país são faladas aproximadamente 203 línguas por pessoas nele nascidas. Entre essas línguas, cerca de 170 são indígenas, aproximadamente 30 estão relacionadas aos processos de imigração e duas correspondem a línguas de sinais. Tal configuração evidencia a pluralidade linguística do Brasil e reforça a necessidade de reconhecer a multiplicidade de povos, culturas e modos de significação presentes no território nacional. Ainda de acordo com Sousa (2013), atualmente este número caiu para bem menos de 170 línguas. Conforme Rodrigues (1988) ainda existem muitas comunidades indígenas monolíngues em nosso país, ou seja, que falam somente sua própria língua; outras, apesar de serem predominantemente monolíngues, contam com alguns membros que falam também o português, sendo considerados bilíngues.

A aquisição da leitura e da escrita (alfabetização) por parte dos povos indígenas, surge em função da necessidade de se estabelecer formas de comunicação entre estes e a sociedade abrangente. Segundo o Referencial Curricular das Escolas Indígenas (RCNEI, 1998) cabe às escolas indígenas desenvolver uma educação que dialogue com os interesses e as necessidades das comunidades, valorizando suas práticas culturais e, simultaneamente, promovendo o acesso a conhecimentos mais gerais, de modo a ampliar as possibilidades de interação com outros grupos e com a sociedade mais ampla, sobretudo por meio do domínio da língua majoritária.

Foi somente a partir da Constituição Federal de 1988 que aos povos indígenas foi garantido o direito a uma educação de qualidade e diferenciada, que respeitasse sua diversidade linguística e cultural, proporcionando-lhes uma educação intercultural e bilíngue (Brasil, 1988).

Historicamente, a educação esteve sob o jugo das políticas de ensino da sociedade não indígena, o que tem limitado, ao longo dos anos, a efetivação de uma proposta educativa voltada para os anseios dos indígenas. Considerando tais circunstâncias, segundo Albuquerque (2010), é possível identificar a necessidade desse povo de uma educação que

esteja em consonância com a realidade de sua cultura e língua, ou seja, uma educação bilíngue pautada nos pressupostos da interculturalidade, com ênfase nos aspectos identitários da escola nos domínios indígenas.

Sob essa perspectiva, Yahé Krahô (2017), propõe uma escola diferenciada que contemple uma educação universal, respeitando as diferenças entre comunidade indígena e não indígena, ao mesmo tempo em que reconhece a relação de interdependência entre esses espaços e modos de vida. Mas, acima de tudo, valorizando seus conhecimentos e permitindo que as crianças, jovens e adultos possam escolher a melhor maneira de viver.

O autor sugere um Projeto Político Pedagógico que visa desenvolver ações voltadas para a língua materna e o português, com uma dimensão pedagógica que possibilite ao indígena a ser um cidadão crítico, participativo, responsável, criativo, cultural e intercultural. Além disso, objetiva a língua e a manutenção da cultura em uma perspectiva diferenciada, com o intuito de ampliar o trabalho já existente nesta escola.

Para Yahé Krahô (2017), a escola não deve ser vista como o único lugar de aprendizado. A comunidade também possui também seus saberes tradicionais, que precisam ser comunicados, transmitidos e repassados por seus membros; são valores e mecanismos da educação tradicional dos povos indígenas. Essas formas de educação tradicional podem e devem contribuir para a formação de uma política e práticas educacionais adequadas, capazes de atender aos anseios, interesses e necessidades diárias da realidade atual.

Um dos principais desafios da translíngua na educação indígena é a formação de educadores. Existe uma necessidade urgente de capacitação dos professores para que possam utilizar essa prática de forma eficaz, respeitosa e contextualizada. Muitos educadores não indígenas podem não estar totalmente cientes das significativas particularidades das culturas indígenas e, portanto, carecem de estratégias pedagógicas que integrem as línguas maternas com o português, respeitando os saberes e experiências dos alunos. Além disso, os educadores indígenas que atuam nas escolas também necessitam de formação contínua que aborde tanto suas línguas maternas quanto as práticas de ensino moderno e inclusivo. Essa capacitação é fundamental para garantir que todos os docentes estejam preparados para implementar uma educação bilíngue e intercultural que valorize tanto a língua indígena quanto a língua portuguesa.

Educação escolar indígena sob a perspectiva da translinguagem

Dessa forma, García (2014) argumenta que a teoria pedagógica da translinguagem desafia a noção tradicional de separação entre idiomas em contextos de ensino bilíngue. Esta teoria enfatiza a importância dos processos de aprendizagem bilíngue, em vez de se limitar a uma análise focada apenas nos resultados bilíngues. Além disso, os autores salientam o fator ideológico intrínseco ao conceito de translinguagem, uma vez que sua implementação nas salas de aula requer um movimento que abrange desde a formação de educadores até a aplicação de práticas de educação bilíngue.

Os professores, às vezes recorrem a estratégias improvisadas, promovendo a translinguagem durante o trabalho em grupo, por exemplo, mas desaprovam sua ocorrência em outros contextos (por escrito, no ensino superior) outros professores insistem explicitamente em uma política monolíngue, mas na prática reconhecem e até usam as variedades domésticas dos alunos (Jaspers, 2017, p. 10).

Desse modo, a escola indígena é um instrumento que proporciona a revitalização dos saberes presentes na memória de poucos idosos. Sendo assim, ela também tem um valor social que deve ser instrumento de valorização cultural, respeitando as culturas nativas, mas promovendo também a interação com a sociedade não indígena, de modo a favorecer o uso da língua materna nas interações intragrupo e propiciar a aprendizagem do português como segunda língua, assegurando a equidade na interação entre os indígenas e os não indígenas.

Trata-se de um saber também intercultural, de modo que se possa estabelecer um diálogo entre as diferentes culturas sem hierarquização cultural, promovendo, portanto, a educação intercultural. A escola, portanto, necessita de meios para esse fim, procurando mecanismos que possibilitem e contribuam para a realização dos objetivos escolares ao lidar com as diferenças existentes no âmbito da escola bilíngue. Assim,

Para a *translinguagem*, a língua não é autônoma e nem figura como um sistema linguístico/semiótico fechado. Os espaços onde a *translinguagem* ocorre permitem aos sujeitos bilíngues seleções diversas, e com diferentes propósitos, de recursos do seu repertório linguístico, combinando-os livremente e potencializando seu conhecimento, suas experiências, sua criatividade, sua identidade cultural e criticidade. A fim de que possamos melhor compreender de que forma os repertórios atuam nas seleções que são feitas no momento da comunicação (Reis; Grande, 2017, p. 5).

Em suma, o bilinguismo configura-se, portanto, no reconhecimento da língua e da cultura indígena, bem como no incentivo à valorização e manutenção da língua indígena na escola, como forma de fortalecimento da política linguística desses povos. Concordamos que a escola indígena deve ser diferenciada não apenas por apresentar aspectos distintos da

escola não indígena, mas por ser uma instituição pensada de acordo com as particularidades da comunidade, elaborada para atender aos seus objetivos.

Desse modo, busca-se um caminho para o reconhecimento das diferenças culturais existentes e da importância de desenvolver modelos educativos e práticas pedagógicas que possam atender às necessidades básicas de educação escolar indígena bilíngue e intercultural, com o objetivo de fortalecer e manter vivas a língua e a cultura do povo, que ainda primam pela preservação de suas tradições e lutam constantemente pela preservação cultural da comunidade.

Além da formação de educadores, um outro desafio significativo da translinguagem na educação escolar indígena é a avaliação do aprendizado linguístico. Em um ambiente onde múltiplas línguas estão em uso, a avaliação tradicional pode não atender adequadamente às necessidades e realidades dos alunos. Muitas vezes, as métricas padronizadas de avaliação não reconhecem o valor intrínseco das línguas indígenas, nem capturam a complexidade do bilinguismo que se desenvolve nas interações diárias.

Nesse contexto, surgem questões sobre como avaliar de forma justa e eficaz o progresso de alunos que alternam entre diferentes sistemas linguísticos, o que pode gerar dilemas significativos para os educadores. Portanto, é essencial o desenvolvimento de critérios de avaliação que integrem a translinguagem, permitindo que o aprendizado dos alunos seja mensurado de maneira a refletir seu verdadeiro nível de competência em ambas as línguas.

Considerações Finais

Este estudo, ao refletir sobre o papel da educação escolar indígena e a prática da translinguagem, evidencia a necessidade de políticas educacionais que respeitem a diversidade linguística e cultural dos povos indígenas. A implementação da translinguagem, embora desafiadora, representa uma oportunidade singular de promover uma aprendizagem mais significativa e inclusiva, contribuindo para a valorização das identidades e dos saberes indígenas.

Entretanto, para que a translinguagem seja efetivamente incorporada às escolas indígenas, é necessário superar diversos desafios, como a insuficiente formação dos professores, a escassez de materiais didáticos bilíngues e a resistência a mudanças nas práticas pedagógicas. Nesse contexto, torna-se urgente o investimento em políticas públicas

que favoreçam a formação continuada de docentes, o desenvolvimento de materiais didáticos que valorizem a cultura indígena e a criação de espaços de diálogo entre a comunidade escolar, os povos indígenas e os órgãos governamentais.

Desse modo, a construção de abordagens didáticas inclusivas e bilíngues garantirá não apenas o acesso à educação de qualidade, mas também a valorização das identidades e dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas. Com este estudo, propomos uma breve reflexão sobre a importância de uma escola comprometida com um ensino específico, intercultural e bilíngue, voltado para a realidade indígena, bem como sobre o distanciamento ou a aproximação entre o que é previsto nas políticas educacionais e o que se realiza na prática pedagógica.

É fundamental que a escola atenda aos estudantes em todos os níveis de ensino e modalidades, respeitando as diferentes formas de organização do calendário escolar e da estrutura curricular, considerando as necessidades e especificidades das comunidades indígenas, além de promover a valorização da língua materna.

Acreditamos que a prática da translinguagem, ao valorizar a língua materna e os saberes tradicionais, pode contribuir para a construção de uma educação escolar indígena mais justa, equitativa e culturalmente sensível. Contudo, é essencial que essa prática venha acompanhada de um olhar crítico sobre as políticas educacionais vigentes e de um compromisso contínuo com a promoção da diversidade linguística e cultural nas instituições escolares.

Referências

ABREU, Marta Virgínia de Araújo Batista. B. **Situação Sociolinguística dos Krahô de Manoel Alves e Pedra Branca:** Uma Contribuição para Educação Escolar. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal de Tocantins, TO, 2012. Disponível em: <http://www.uft.edu.br/lali>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. **Dicionário Escolar Apinayé.** Belo Horizonte: Editora da Faculdade de Letras-UFMG, 2010. Disponível em: <http://www.laliuft.edu.br>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

ALMEIDA, Severina Alves de. **A educação escolar apinayé na perspectiva bilíngue e intercultural:** um estudo sociolinguístico das aldeias São José e Mariazinha. 2011. 196 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Literatura, Universidade Federal do Norte do Tocantins. Araguaína, TO, 2011.

BLOOMFIELD, Leonard. **Language.** New York: Henry Holt, 1935. Disponível em: <https://philpapers.org/archive/BLOLAO.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. MEC/SEF, Brasília, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pcebo14_99.pdf. Acesso em: 12 dez 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. In: **Cadernos de Educação Básica, Série Institucional**. v. 2, 1993. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/leis2.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 abr. 2025.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; IVENICKI, Ana. A pesquisa multi/intercultural na Educação: possibilidades de articulação a processos educativos. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 32, n. 122, p. 1-21, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362024003204311>.

FLORY, Elizabete Villibor; SOUZA, Maria Thereza Costa Coelho de. Bilinguismo: Diferentes Definições, Diversas Implicações. **Intercâmbio**, [S. l.], v. 19, p. 23-40, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/3488>. Acesso em: 9 maio de 2025.

GARCÍA, Ofelia; WEI, Li. **Translanguaging, Language, Bilingualism and Education**. London: Palgrave Macmillan, UK, 2014. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1057/9781137385765_3. Acesso em: 16 abr. 2025.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Experiências e desafios na formação de professores indígenas no Brasil. **Em Aberto**, Brasília, v. 20, n. 76, p. 13-18, fev. 2003. Disponível em: [Experiencias_E_Desafios_Na_Formacao_De_Professores_Indigenas_No_Brasil-libre.pdf](https://www.institutoindigena.org.br/Experiencias_E_Desafios_Na_Formacao_De_Professores_Indigenas_No_Brasil-libre.pdf). Acesso em: 16 abr. 2025.

JASPERS, Jürgen. The transformative limits of translanguaging. **Language & Communication**, v. 58, p. 1-10, 2017. DOI: 10.1016/j.langcom.2017.12.001. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0271530917302434>. Acesso em: 29 nov. 2024.

KRAHÔ, Renato Yahé. **Proposta do projeto político pedagógico da Escola Estadual Indígena 19 de Abril**. 2017. 110f. Dissertação (Mestrado em Letras: Ensino de Língua e Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2017.

MEGALE, Antonieta Heyden. Bilinguismo e educação bilíngue – discutindo conceitos. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. v. 3, n. 5, p. 1-13, 2005. Disponível em: http://revel.inf.br/files/artigos/revel_5_bilinguismo_e_educacao_bilingue.pdf. Acesso em: 29 nov. 2024.

Educação escolar indígena sob a perspectiva da translinguagem

NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX.** Fapesp, 2006.

REIS, Milena Oliveira; GRANDE, Gabriela Claudino. A translinguagem como ferramenta de aprendizagem e identidade na escrita acadêmica. **Papéis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens - UFMS**, v. 21, n. 41, p. 129-150, 21 nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/papeis/article/view/6622/5066>. Acesso em: 12 dez. 2025.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas.** São Paulo: Loyola, 1988. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ub2l_8HbEFoC&oi=fnd&pg=PA5&dq=RODRIGUES,+Aryon.++L%C3%ADnguas+brasileiras:+para+o+conhecimento+das+l%C3%ADnguas+ind%C3%ADgenas.+S%C3%A3o+Paulo,+Loyola.+1988.++&ots=eGutQoZeGR&sig=kCkLVUoykbQmJiqHYp3qaqfbtoE#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 9 mar. 2025.

SANTOS, Midian Araújo. **Contato de línguas: atitudes dos Krahô em relação ao bilinguismo e os empréstimos linguísticos do Português.** 2014. 164f. Dissertação (Mestrado em Letras: ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras: ensino de Língua e Literatura, Araguaína, 2014.

SOUSA, Jane Guimaraes. **Educação escolar indígena Krahô da Manoel Alves: uma contribuição para o registro e manutenção do Mito de Tyrkrẽ.** Dissertação de Mestrado. Araguaína: UFT, 2013.

TASI, Lucinei Ferreira. BILINGUISTO: A Importância da Segunda Língua para a Vida. **MULTIDISCIPLINAR: Na área de educação**, v.3, n. 4, 2024, p. 68-83. Disponível em: https://revistaevolucionem.ibra.edu.br/magazines/VOL_3_N4_2024.pdf#page=68. Acesso em: 29 de fevereiro de 2025.

TOCANTINS. **Lei nº 2.139, de 3 de setembro de 2009.** Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino e adota outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, nº 2.970, Palmas, 3 set. 2009. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/arquivos/30465.pdf>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2025.

Sobre os Autores

Sabrina Mendes Moreira

Possui graduação em Direito pela Faculdade Católica Dom Orione (2017). Advogada com registro na Ordem dos Advogados do Brasil sob o n OAB/TO 8.716. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil. Pós-graduada em DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL - PREVIDENCIÁRIO E PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA- Faculdade LEGALE- (2025). Mestranda em Linguística e Literatura pela UNIVERDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS (PPGLLIT/UFNT) - 2024.

E-mail: Sabrina.m.adv@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4922-2882>

Francisco Edviges Albuquerque

Possui mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Letras pela Universidade Federal Fluminense (2007). É coordenador do LALI e do NEPPI, na UFNT, e membro do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Tocantins. Atua na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística e Dialetoologia, desenvolvendo pesquisas e materiais didáticos voltados à educação escolar indígena, interculturalidade, língua Apinayé e valorização dos saberes dos povos indígenas no contexto educacional do Tocantins e da formação docente.

E-mail: fedviges@uol.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3618-2258>

Recebido em: 19/05/2025

Aceito para publicação em: 08/01/2026